

ANÁLISE ESTRUTURALISTA DO DISCURSO E HISTÓRIAS DE VIDA: UM ENCONTRO POSSÍVEL?

Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais
saraiva@face.ufmg.br

Matheus Arcelo Fernandes Silva

Governo do estado de Minas Gerais
matheus.arcelo@gmail.com

Resumo

Em um contexto ainda influenciado pela incomensurabilidade de paradigmas sociológicos para a análise organizacional, neste artigo propomos uma discussão que promove uma interseção entre duas abordagens de pesquisa que, embora antipositivistas, se situam em paradigmas distintos: história de vida e análise estruturalista do discurso. Para tanto, situando a discussão no plano das pesquisas qualitativas, efetuamos uma discussão sobre a imprescindível discussão epistemológica da pesquisa, sobre contar histórias e como isso permite articular individual e coletivo. Em seguida apresentamos as possibilidades da análise estruturalista de discurso, bem como uma proposta de sistematização. O que precede as considerações finais, em torno do encontro entre história de vida e análise estruturalista do discurso.

Palavras-chave: História de Vida. Análise de Discurso. *Bricolage*. Metodologias qualitativas.

INTRODUÇÃO

Embora adotando em comum uma posição epistemológica antipositivista, as diversas formas pelas quais se dá a construção do conhecimento baseada em uma perspectiva qualitativa enfrenta muitos desafios internos, entre os quais a questão da incomensurabilidade paradigmática (Burrell & Morgan, 1979). Ainda que este problema date pelo menos da década de 1980, quando foram publicadas vigorosas críticas à obra de Burrell e Morgan, como os trabalhos de Hassard (1993), Deetz (1996), Hassard, Kelemen e Cox (2008), Hassard e Cox (2013), Callaghan (2016) e Paula (2016), as possibilidades efetivas de conversação permanecem controversas. Circula na teoria organizacional ainda certo “purismo”, em princípio caracterizado como “coerência” entre outros termos, que procura caracterizar a possibilidade de conversações entre possibilidades epistêmico-metodológicas distintas como algo pouco rigoroso e fora do que se espera na construção de um trabalho acadêmico de qualidade.

Para contribuir para este debate apresentando uma possibilidade multiparadigmática a partir da articulação entre prismas distintos de referência, neste artigo propomos uma discussão que promova uma interseção entre duas abordagens de pesquisa que, embora antipositivistas, se situam em paradigmas distintos: história de vida e análise estruturalista do discurso. Tomando como base a pesquisa empreendida por Colomby *et al.* (2016), as estratégias de análise mais

utilizadas quando se tratam de histórias de vida são a análise de conteúdo, seguida da análise de discurso. Os autores apontam que “a utilização da Análise do Discurso e da Análise Interpretativa permite um maior detalhamento das histórias narradas bem como suas relações com o tempo e o espaço do sujeito preservando deste modo o seu protagonismo” (Colomby *et al.*, 2016, p. 36). O fato é que a densidade e a profundidade esperadas no recolhimento de histórias de vida normalmente implica a necessidade de alguma forma de enfrentamento dos dados produzidos em um campo que é particularmente rico. Embora não haja um padrão no número de entrevistados, Colomby *et al.* (2016) identificaram que existem pesquisas que chegam a 66 entrevistas. Porém, as investigações que contaram com mais de 10 participantes, em sua maioria, utilizaram entrevistas semiestruturadas e não a concepção das Histórias de Vida em sua essência.

Seguindo com as discussões acerca das pesquisas que utilizam histórias de vida, esse artigo irá apresentar o percurso de construção de uma investigação, trazendo elementos que marcam a construção epistemológica do trabalho, seguido pela discussão e a definição sobre qual história de vida estamos falando, trazendo também os elementos que marcam a escolha pela análise estruturalista do discurso e sua sistematização e, por fim, as considerações finais, tecendo comentários sobre as aproximações possíveis entre essas abordagens em uma pesquisa.

A DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

Um primeiro elemento a ser observado para a discussão acerca da possibilidade de utilização da análise de discurso em uma pesquisa com histórias de vida é a discussão epistemológica. A partir do trabalho de Burrell e Morgan (1979), muitas questões surgiram sobre a discussão epistemológica com base nos paradigmas apresentados nos estudos organizacionais. Os autores apontaram em seu trabalho uma separação didática para quatro principais paradigmas a partir dos critérios de objetivismo e subjetivismo, somados à ideia de ordem e mudança, são eles: Humanismo radical (com orientação mais subjetiva/ e ênfase na mudança), Interpretativista (subjetivo/ ordem), Estruturalista radical (objetivo/ mudança) e Funcionalista (objetivo/ ordem).

A forma endereçada pelos autores é a proposição, a partir de uma perspectiva de paradigma de Thomas Kuhn, de uma convergência entre possibilidades sociológicas de análise organizacional. Uma pesquisa, assim, assume um espectro que procura alinhar todos os movimentos da investigação em uma mesma tipologia, de forma que epistemologia, teoria e método se encaixam na mesma perspectiva. As possibilidades de pluralidade a partir da combinação entre paradigmas distintos não existem: isso seria incoerente e, além disso, não deixaria claras as contribuições para o avanço do conhecimento. A própria perspectiva de “desenvolvimento” enquadra essa possibilidade analítica em uma forma de pensamento que premia o ordenamento e a ideia de “evolução”, o que não é assumido por central em nenhuma das abordagens além do positivismo. Pensar em alternativas à forma hegemônica de produção de conhecimento, assim, significa rejeitar, em princípio, este compromisso com o avanço. A desconstrução do vigente e sua complexificação, assim, integram a pauta de perspectivas não pautadas pelo paradiigmatismo na análise.

Bispo (2010) destaca que a discussão que se desenvolveu nos estudos organizacionais levou a uma polarização entre positivistas e interpretativistas. O autor defende que essa polarização limita as possibilidades na área, apontando para a possibilidade de se tratar uma aproximação entre os paradigmas. Vergara e Caldas (2005), assim como Paula (2016), também ressaltam

que essa ideia gerou um embate entre os pesquisadores, acirrando a rivalidade entre os paradigmas estabelecidos, por mais que tenha avançado ao apresentar possibilidades além do paradigma funcionalista hegemônico. Concordamos com os autores que criticam a abordagem de Burrell e Morgan (1979), que se assenta em uma base *kuhniiana* considerando a lógica da incomensurabilidade dos paradigmas. Acreditamos também que essa visão pode limitar estudos, sendo necessária a possibilidade de diálogo entre os paradigmas para o avanço do conhecimento. Ou pelo menos para um avanço mais plural, com mais possibilidades, embora Vergara e Caldas (2005, p. 67) destaquem que:

Para os funcionalistas, as organizações são objetos tangíveis, concretos e objetivos. Para os interpretacionistas, as organizações são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas

Para Burrell e Morgan (1979), o interpretativismo não era uma corrente única, representando diversas possibilidades, com o elemento comum de “tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais” (Vergara & Caldas, 2005, p. 68). É neste ponto que nosso trabalho converge com essa perspectiva, porém, também se afasta na medida em que Burrell e Morgan (1979) apontam para uma dicotomia entre subjetivo e objetivo, uma questão que, ao trabalhar com a vertente de histórias de vida que escolhemos se torna superada, na medida em que utilizar as histórias de vida significa pensar em um processo dialético. Nesse sentido, quando se pensa a realidade social apenas como uma rede de representações complexas e subjetivas, uma vez que admitimos a existência de estruturas sociais concretas, como o racismo, que são mediadas pelos sujeitos, modificando-os e sendo por eles modificadas. É também nesse sentido que acreditamos ser possível a utilização da análise estruturalista de discurso, uma vez que a partir dessa perspectiva o discurso também se projeta na história (Fiorin, 2003).

Quando falamos da compreensão dos fenômenos sociais, tratamos da ideia de que a análise parte de um movimento de “ir e vir” entre a experiência e a teoria, o vivido e o conceitual, as estruturas que se apresentam e a subjetividade do indivíduo (Gaulejac & Hanique, 2012). A história de vida de um sujeito, nesse sentido não marca a descrição objetiva do vivido, mas o ato de contar se torna uma constante construção e reconstrução dessa história, se tornando um mecanismo complexo, uma vez que o sujeito possui sua própria historicidade, mas, na mesma medida em que produz sua própria história, também é produzido por ela (Carvalho & Costa, 2015).

A especificidade do método biográfico implica ultrapassar o trabalho lógico-formal e o modelo mecanicista que caracteriza a epistemologia científica estabelecida (...) devemos procurar os fundamentos epistemológicos do método biográfico noutra lugar, na razão dialética capaz de compreender a práxis sintética e recíproca que governa a interação entre o indivíduo e o sistema social (Ferrarotti, 1991, p. 171).

Ainda segundo Ferrarotti (1991), é a partir dessa razão dialética que é possível ter acesso ao geral (sociedade) a partir da individualidade singular de um determinado homem. Ao assumir a perspectiva de histórias de vida desse trabalho que se alinha à psicossociologia, se faz necessário compreender os fenômenos sociais como multidimensionais, pois não se abarca apenas o coletivo, mas também a dimensão individual. Além disso, é importante compreender a valorização de um saber que muitas vezes não é tido como científico, ao apresentar as histórias de vida:

Não é defendida a hierarquização dos saberes, com o saber científico como o mais adequado na compreensão de uma situação. Ao contrário, a postura clínica constrói-se pela escuta e pela valorização do saber relacionada à experimentação, considerando também o conhecimento que os atores sociais têm de seu mundo social (Carvalho & Costa, 2015 p. 27).

Tal discussão epistemológica se torna fundamental para a compreensão das escolhas metodológicas para o trabalho. A necessidade de superação de uma univocidade forçada é imanente ao trabalho com um real que se apresenta de forma complexa e multifacetada.

O “CONTAR HISTÓRIAS”: SUA HISTORICIDADE E “PONTE” ENTRE INDIVIDUAL E COLETIVO

Os trabalhos de Franco Ferrarotti e Daniel Bertaux, ainda no início da década de 1970, marcaram esta retomada de pesquisas qualitativas no âmbito das histórias de vida. Já em meados desta década, Vincent de Gaulejac, Michel Bonetti e Jean Fraise se destacaram por produzir discussões e trabalhos no âmbito da sociologia clínica, buscando a mediação de fatores econômicos, históricos, psicossociais e ideológicos nas trajetórias individuais, dentro de um campo de estudos pluridisciplinares. No âmbito sociológico brasileiro, a abordagem biográfica, com foco no sujeito ou grupo que narre sua história, passou a ter um maior interesse em um período recente. Em muitos campos, ainda é difícil empreender uma pesquisa a partir de histórias de vida, devido ao fato de ser reconhecida por muitos como demasiadamente subjetiva e “pouco científica” (Barros & Lopes, 2014).

Parte dessa representação de subjetividade e de baixa cientificidade advém da grande confusão conceitual associada ao método biográfico. A heterogeneidade do campo demanda que apontemos algumas distinções dentro do chamado método biográfico, que se alinha à perspectiva da história oral e também da história de vida. As pesquisas que se valem de dados biográficos podem utilizá-los em diversas dimensões, todas elas se inserem no quadro das pesquisas qualitativas, com um núcleo central formado na “dimensão do contar e da narrativa” (Barros & Lopes, 2014, p. 41).

Fernandes (2010, p. 18) também aponta como fator de convergência entre as perspectivas que os sujeitos pesquisados pela história oral colocam em relevo os “esquecidos pela história”. Destaca que a utilização de fontes orais não é apenas uma comodidade para atingir pessoas que não dominam a escrita, mas uma forma de construir uma nova visão acerca da realidade. É nesse sentido que define a história oral como: “brisa renovadora que nos obrigou a repensar muita coisa, ampliando perspectivas de captação da realidade social”.

Barros e Lopes (2014) destacam ainda que a diversidade de abordagens e pontos de vista presentes nas possibilidades trazidas pelo “contar história” geram certa confusão, com autobiografias, biografias, narrativas pessoais, trajetórias, depoimentos e diários, recebendo todos o rótulo de histórias de vida, mesmo com métodos e pressupostos epistemológicos distantes, mas sempre com a convergência na dimensão do contar e na preocupação com a compreensão do sujeito em seu mundo. Entre esta diversidade de possibilidades e abordagens, Campos (2004) destaca quatro principais tipos de pesquisa biográfica: história oral; biografia; autobiografia; e história de vida. Para auxiliar na compreensão das distinções entre os métodos biográficos, Silva *et al.* (2007) sistematizaram o seguinte quadro:

Quadro 1 – Principais características e distinções entre abordagens biográficas

Metodologia	Abordagens Biográficas			
Métodos	História Oral	Biografia	Autobiografia	História de Vida
Características	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de um projeto; - definição prévia de um grupo de pessoas a serem entrevistadas; - planejamento da condução das gravações; - transcrição e conferência do depoimento; - inexistência da preocupação com o vínculo. 	<ul style="list-style-type: none"> - utilização de diversas fontes; - recolhimento enviesado dos dados; - irrelevância da falta de relação entre pesquisador e sujeito pesquisado. 	<ul style="list-style-type: none"> - discurso direcionado ao leitor; - preocupação com a sequência temporal; - intencionalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado; - há uma produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o sujeito: “saber em participação”; - história contada da maneira própria do sujeito; - ponte entre o individual e o social.

Fonte: Silva *et al.* (2007).

No quadro 1 podemos identificar as principais características e distinções de cada um dos tipos de pesquisa biográfica, compreendendo os limites e as possibilidades em adotar cada um destes métodos. Neste ponto, vamos analisar mais detidamente a história oral e suas diferenças da história de vida. A história oral possui larga utilização em pesquisas históricas, envolvendo o estudo do sujeito em sua singularidade (Silva *et al.*, 2007). Campos (2004) complementa esta visão ao trazer que não é objetivo da história oral compreender a ressignificação do indivíduo a partir de sua narrativa, em seu ambiente coletivo; o objetivo principal é conseguir depoimentos sobre a história cotidiana contada pelos sujeitos.

Queiroz (1988), por sua vez, compreende a história oral como uma metodologia de quadro amplo, abarcando tudo aquilo que é narrado oralmente com o objetivo o recolhimento de relatos de um indivíduo ou grupo, estando a história de vida inserida neste cenário. A diferença é que nas histórias de vida é o narrador que comanda a entrevista, enquanto em depoimentos é o entrevistador que possui essa função. Não existe, portanto, uma unidade de compreensão acerca destas definições. Porém, fica clara a principal distinção entre adotar a perspectiva da história oral e da história de vida, sendo a preocupação com o vínculo entre entrevistado e entrevistador aspecto fundamental para as histórias de vida, além do aspecto coletivo, considerado importante para esta perspectiva.

Já a biografia tem como objetivo compreender a história e o percurso de vida de uma determinada pessoa, valendo-se das mais diversas fontes, tais como documentos, fotos, cartas, e não apenas relatos orais, e mais uma vez sem levar em consideração a relação entre entrevistador e entrevistado. Em seu turno, a autobiografia se apresenta como um discurso voltado ao leitor, muitas vezes sem a reflexão acerca do vivido, com uma grande preocupação com a sequência temporal (Silva *et al.*, 2007).

Dadas estas distinções e as discussões pertinentes aos Estudos Organizacionais, este estudo adota a história de vida, que se enquadra no campo da Psicossociologia, enfocando a relação entre o entrevistador e o entrevistado, o que a torna uma alternativa interessante, como o exemplo do trabalho realizado por Lopes (2013). Considerando a história de vida em sua dimensão psicossociológica, Carvalho e Costa (2015) definem da seguinte forma o campo da Psicossociologia Clínica, em sua concepção da relação entre as histórias de vida e a sociedade, de uma forma mais ampla:

Pode-se acessar o processo de constituição de uma sociedade quando se conhece o processo de constituição de uma História de Vida, pois ambos ocorrem simultaneamente, um atravessando e influenciando o outro e sendo modificado por esse outro (Carvalho & Costa, 2015, p. 25).

Ao pensar a dimensão das histórias de vida nessa perspectiva, deve-se compreender o movimento dialético entre o individual e coletivo, considerando que aspectos subjetivos interferem no contexto social e que a dimensão coletiva produz efeitos na experiência individual (Rhéaume, 2009). Nesta medida, a Psicossociologia irá atuar principalmente na investigação das reciprocidades entre o individual e o coletivo, entre o psíquico e o social (Lhuillier, 2011). Pinto, Carreteiro e Rodrigues (2015, p. 945) apontam também para esta relação, considerando que o sujeito não pode ser analisado ignorando os inúmeros fatores que o atravessam: “a análise é sempre dialética, apreendendo o peso das condições sociais nas condutas humanas, e levando em conta a singularidade do trabalho psíquico”.

Essa metodologia deve ser considerada, portanto, em sua complexidade, sendo uma possibilidade muito rica de apreender a relação dos sujeitos e o mundo, o real que lhes é apresentado, observando a maneira como negociam suas condições sociais que os constroem, ao mesmo tempo, em que por eles são construídas (Barros & Lopes, 2014). Esta escolha traz consigo dimensões fundamentais da escolha epistemológica e a forma como as diversas variáveis da pesquisa são consideradas em seu aspecto sócio histórico, sendo importante não apenas trazer à superfície a história destas pessoas, como também compreender a relação dialética que exercem com o coletivo e o social. Queiroz (1988) coloca as histórias de vida em um quadro mais amplo da história oral, porém vê como grande potencialidade sua capacidade de aproximação entre o individual e o social.

Uma importante questão destacada por Barros e Lopes (2014, p. 42) que se reflete na concepção do real é o fato de que as histórias de vida estão longe de ser o trunfo do individualismo. Elas recolocam o ser humano no centro da cena, frente ao seu próprio desenvolvimento especular:

Ou seja, o que se manifesta através do relato e nele se reconstrói é o campo da subjetividade, com seu caráter individual, singular, único, construído concretamente na experiência do coletivo. Estão presentes aqui os três polos que dialogam no contar a vida: as condições objetivas, a maneira como se vive e a maneira como se narra. Dialética entre realidade material e realidade subjetiva.

É a partir dessa questão que consideramos as histórias de vida uma “ponte” entre o individual e o coletivo. Em outras palavras, a história de vida se apresenta como uma maneira de reinserir o sujeito no contexto social e histórico, considerando a maneira como faz a história, modelando a sociedade e por ela sendo modelados (Lopes, 2015). Nesse sentido, um elemento importante para se levar em conta ao adotar esse método é a historicidade, isto é, o sujeito não se torna um espelho da realidade social que o precede, ele faz mediações, filtra e retraduz para a dimensão de sua própria subjetividade. Gaulejac (2004/2005) complementa essa dimensão da historicidade apontando que ela se vincula à relação entre indivíduo e sociedade, sendo a capacidade desse sujeito se inscrever em um passado e se projetar para um futuro diferente do presente.

Lopes (2015, p. 70), ao resgatar estudos de Gaulejac, aponta que “a função da historicidade significa a possibilidade de o indivíduo analisar e compreender os elementos que o constituem como sujeito histórico, reconstruindo sua relação com a história”. É assim que se pode dizer

que o “homem é história”, ao se inserir na lógica dialética que o coloca como produtor de sua própria história, bem como produzido por um dado contexto histórico.

Na sociologia clássica, há uma concepção de que a subjetividade é a interiorização da objetividade. Nessa concepção, não há espaço para a reflexividade, dimensão fundamental de ser considerada, uma vez que, sem esse aspecto, não seria possível ao sujeito a ação de se repensar e transformar sua relação com o mundo (Lopes, 2015). Nessa direção, ele não pode fazer uma abstração de sua subjetividade, não pode fazer uma abstração desse social, mas isso não significa que ele sofra passivamente nesta relação: ele reinventa esse social a cada instante (Ferrarotti, 1990). E as histórias de vida se tornam uma dimensão importante pois, ao contar sua história, o sujeito tem a possibilidade de trabalhá-la, ressignificá-la e mudar sua relação com a história.

O homem carrega em si historicidade (Barros & Lopes, 2014). Isso quer dizer que o homem não é somente produto da história, ele é também portador de uma história que ele busca e sobre a qual constrói significação; valendo-nos da argumentação de Gaulejac (2004/2005), há, portanto, um sentido da História, que é dado pelo homem em sua vivência. É esse movimento da historicidade que explica o motivo pelo qual, sob condições de existência similares, a tomada de consciência dos indivíduos ocorre por vezes de forma tão distinta (Gaulejac, 2004/2005).

As histórias pessoais não são redutíveis a jogos afetivos de questões psíquicas: são confrontadas por questões sociais, sendo uma ponte entre a história individual e a história coletiva, religando o nível individual ao nível geral de análise. Por meio de suas histórias, os sujeitos apresentam efetivamente uma cultura, um esquema de valores e ideologias como membros de uma coletividade – família, organização, classe social, raça, gênero – encontrando-se constantemente em interação com estes aspectos (Barros & Lopes, 2014). É importante destacar que o que se busca com um relato de vida não é um espelho do social, mas o modo como pelo qual o indivíduo dele se apropria, projetando a sua subjetividade, é compreender o universal ao qual faz parte, a partir de seu ponto de vista – sua subjetividade em relação aos fatos sociais: o sujeito é que ocupa o lugar central do que conta (Lopes, 2013).

Fundamental também para este estudo é a compreensão do papel central do sujeito que se conta, uma vez que suas interações sociais podem ser apreendidas apenas por aqueles que participam a vivenciam, oferecendo elementos que muitas vezes escapam à análise fria dos dados que remontam a desigualdades ou à análise sócio-histórica, que embora possa fornecer indicativos de elementos de exclusão, não apontam como são vividos e mediados pelos indivíduos. E é nesse sentido que as histórias de vida se distanciam das histórias oficiais, uma vez que vão além da simples sucessão de fatos cronológicos, que remetem a uma noção ossificada da realidade social. Também se distanciam das histórias contadas pelos vencedores, das histórias das elites (Decca, 2004; Barros & Lopes, 2014). É, portanto, nas palavras de Ferrarotti (1990), uma “história não historicista”.

Não se quer com isso desqualificar a história, muito pelo contrário. Mas é necessário ampliar a noção histórica a fim de incorporar mais do que o relato grandioso do passado. Nessa linha, a contribuição da *École des Annales* é notável, pois permite que se incorpore a memória e a história do homem comum na composição do passado, como o fazem Saraiva e Machado (2007). Estes autores sustentam que: “a história é também uma interpretação, já que aos que cabem escrevê-la ou representá-la, no caso dos curadores de museus, recai o ônus de decidir o

que deve ou não ser mostrado, o que deve ou não ser lembrado” (Saraiva & Machado, 2007, p. 12).

Carvalho e Costa (2015) complementam essa visão ao destacarem que todo sujeito é um ser histórico na medida em que é possui uma singularidade e uma capacidade de reescrever sua história, por mais que seja programado por ela. É nesse contexto que a historicidade se apresenta, segundo os autores, como a função que permite ao sujeito distanciar-se de sua história e tomar consciência de como outros fatores influenciam sua trajetória, sejam de raça, classe, gênero, entre outros. Também é nessa medida que compreendemos o conceito de historicidade e o consideramos um elemento fundamental para a escolha desse método específico de histórias de vida.

Outra questão importante acerca das histórias de vida é o caráter terapêutico que eventualmente ganham as narrativas, trazendo a possibilidade de o narrador refletir e interpretar sua própria história. Adiciona ao valor individual um valor sociológico, não sendo uma complementação para outras metodologias, tampouco existindo a pretensão de demonstrar leis, buscar provas empíricas, ou mesmo encontrar causas únicas.

Diante destas questões, não é possível para as histórias de vida uma produção de dados sem o envolvimento do pesquisador, sendo fundamental seu envolvimento, pois estas histórias não irão emergir a partir de simples entrevistas (Barros & Lopes, 2014). Além disso, há a possibilidade de ampliação do escopo da pesquisa, com a consideração de disciplinas distintas favorecendo a compreensão dos fatores que permeiam as histórias de vida:

Como instrumento, a história de vida permite uma escuta ampliada, onde a emergência de diferentes pontos pode ser iluminada por teorias e disciplinas distintas. O uso de várias fontes de conhecimento favorece a elucidação de fatores históricos, sociais, políticos e econômicos (Pinto, Carreteiro & Rodrigues, 2015, p. 972).

Considerando estes elementos, como podem ser tratadas as histórias que foram recolhidas em processos de intensa interação social com os sujeitos? É aí onde compreendemos a possibilidade de diálogo com a análise do discurso, mas especificamente com a perspectiva estruturalista, conforme discutiremos a seguir.

A ANÁLISE ESTRUTURALISTA DE DISCURSO E SUAS POSSIBILIDADES

A análise do discurso trata-se de uma perspectiva teórica e metodológica que considera também aspectos sociais de produção do discurso, sendo a palavra, conforme aponta Bakhtin (2006, p. 99), o “produto da interação entre o locutor e o ouvinte”. Consideramos que o discurso não é de forma alguma neutro, sendo necessário ir além da simples categorização dos dados, identificando e analisando os discursos enunciados explicitamente, implicitamente ou mesmo silenciados (Fiorin, 2003).

Ao tratar das histórias de vida, Carvalho e Costa (2015 p. 28) destacam que “a fim de compreender a relação que o indivíduo possui com sua história, é imprescindível que se analise o sistema social ao qual integra, o tempo em que se encontra e o espaço que ocupa, condicionando-o como ser histórico-social”, questão que consideramos fundamental para optar pela análise estruturalista ou análise francesa do discurso, por considerar que ela auxilia nessa compreensão, a partir dos pontos de análise que propõe.

A perspectiva apresentada por Bakhtin (2006) é uma das influências dessa vertente de análise de discurso e a considera em seu sentido dialético, uma vez que não existe um enunciado isolado. Fiorin (2003, p. 77) destaca que “as determinações últimas do texto estão nas relações de produção”. Tendo em vista esse sentido dialógico, o enunciado é elaborado em função do ouvinte, sendo o discurso uma prática social. Mais uma vez, aparece aqui a importância do momento da entrevista, pois a relação criada nesse momento também influenciará o modo como o discurso que envolve a narrativa vai se desenvolver.

A análise de discurso da vertente francesa não considera, portanto, o discurso de forma isolada, pois se torna um elemento da realidade social, construindo e sendo construído de forma dialética. Nesse ponto, acreditamos que exista uma convergência em relação às histórias de vida, possibilitando o uso dessa análise de discurso, mesmo considerando seu caráter estruturalista. Para Fiorin (1998, p. 78), a análise de discurso deve desfazer “a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso”. A utilização da análise de discurso pode se dar com o objetivo de complementar as histórias de vida, uma vez que sua análise não se esgota no próprio discurso, projetando-se na história (Fiorin, 2003). Para uma compreensão mais ampla dessa zona de convergência, reproduzimos as palavras de Ferreira (2003, p. 40):

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. Como se vê, a Análise do Discurso ao construir a categoria teórica do sujeito o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade que a torna muito peculiar. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade lingüística e histórica que a AD lhe atribui.

O sujeito, assim, não está excluído na análise do discurso; é impossível que esta perspectiva emergja sem um sujeito que possa objetivamente realizá-la. Todavia, há atravessamentos coletivos, estruturais, que nessa abordagem preponderam sobre a forma como se manifesta o discurso. É certo que nem sempre é possível ao sujeito enunciar discursivamente sua vivência, razão pela qual aspectos como silêncios e implícitos discursivos integram o processo discursivo. Com isso queremos dizer que há um limite para as possibilidades enunciativas, o que por princípio não desqualifica as possibilidades do discurso, apenas o desafia a novas modalidades e formas de enunciação. Isso em parte explica porque a análise do discurso tem avançado para além do estruturalismo lingüístico e se tornado um campo crescentemente polifônico e capaz de diálogos com múltiplos signos, objetos e perspectivas, em uma concretização do multiparadigmatismo a que nos referimos na primeira parte deste texto.

SISTEMATIZANDO A ANÁLISE ESTRUTURALISTA DO DISCURSO

Da mesma forma como o conceito de estrutura se presta a muitas leituras, uma das correntes de análise do discurso que chama para si o adjetivo estruturalista se sujeita a muitas possibilidades de abordagem. Em comum, elas assumem “os discursos como práticas socialmente embasadas, que apresentam, explícita ou implicitamente, as marcas da ideologia que os constitui, não sendo, portanto, neutros” (Saraiva *et al.*, 2009, p. 12), o que implica ser necessariamente o discurso uma produção ideológica, associada às idiossincrasias do enunciador e em com o propósito de busca de adesão do enunciatário.

Para isso, o discurso é composto de uma série de estratégias discursivas de persuasão ideológica que atuam tanto no plano da sintaxe (estrutura da linguagem) quanto no da semântica (possibilidades de interpretação). Um texto, assim, repousa sobre a forma do que é enunciado, e sobre os significados do que é enunciado, um processo que envolve ativamente o enunciador e os enunciatários em uma dinâmica aberta e construída coletivamente. Em parte isso ocorre porque a própria língua é oriunda de uma produção estrutural: a ela nos submetemos quando, por exemplo, não escolhemos nossa língua materna. Além disso, o agir linguageiro faz com que o que é dito em muitos casos adquira um sentido não comportado pelo que é estritamente enunciado. Isso implica o discurso ser passível de interpretação e, assim, abrigar interpretações possíveis, intimamente ligadas a um contexto de produção social da linguagem. Analisar o discurso, assim, tem uma parte técnica, por assim dizer, que nos aproxima da Linguística enquanto campo de conhecimento, e uma parte não-técnica, que abre as possibilidades de compreensão dos enunciados. Isso não significa que haja um rigor menor no tratamento das questões semânticas, mas que elas abrem espaço também para a intuição.

O hoje aposentado Professor Doutor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais apresentava ao longo de suas disciplinas, diversos procedimentos sistemáticos pelos quais se pode enfrentar um discurso. Os principais pontos foram sistematizados por Saraiva (2009, p. 90), e podem ser empregados em conjunto ou separadamente, de acordo com o que for enunciado e conforme o propósito dos analistas. Esses pontos serão detalhados em seguida. O primeiro ponto tratado é a “identificação e análise dos principais aspectos da análise lexical”, que se refere ao exame do vocabulário empregado. É a partir da escolha do vocabulário que se desenvolvem os demais aspectos linguísticos, como os personagens e temas (Faria, 2009). Dando continuidade à análise, o segundo ponto se trata da “identificação e análise dos principais temas e figuras (explícitos ou implícitos) dos discursos”, respectivamente os aspectos mais abstratos e mais concretos do discurso. A partir desses temas e figuras, são estruturados os “percursos semânticos” (terceiro ponto), que correspondem “à recorrência, ao longo do discurso, de elementos semânticos subjacentes” (Faria, 1998, p. 142). Ele complementa dizendo que “[...] a noção de percurso semântico engloba os conceitos greimasianos de percurso temático e percurso figurativo, correspondentes à recorrência de elementos semânticos mais abstratos ou mais concretos, respectivamente” (Faria, 1998, p. 150).

Como quarto ponto, Saraiva (2009, p. 91) apresenta a identificação e análise dos “principais aspectos interdiscursivos”. Conforme Mainguenu (1998, p. 86), “[...] pode-se chamar interdiscurso um conjunto de discursos. [...] Se consideramos um discurso particular, podemos também chamar interdiscurso o conjunto das unidades discursivas com as quais ele entra em relação”. “[...] A identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é, que ele não se constitui independentemente a outros discursos, para, em seguida, pôr-se em relação com eles, mas se constrói, de maneira regrada, no interior dessa oposição, definem-se nos limites dessa relação polêmica” (Fiorin, 1999, p. 231). O quinto ponto elencado é a identificação dos principais aspectos da “sintaxe discursiva”, sendo esse a forma como discurso é construído estruturalmente, podendo incluir figuras de linguagem.

Outro ponto de análise se refere à identificação dos principais “aspectos refletidos e refratados” nos discursos. De acordo com Saraiva (2009, p. 90),

refração linguística é uma estratégia discursiva analisada por Bakhtin (2006), que parte da resignificação dos temas nos discursos. Todo aspecto é, ao mesmo tempo, refletido linguisticamente, preservando seu sentido socialmente estabelecido, e refratado, isto é, reinterpretado conforme os referenciais os enunciadores. Um

discurso, assim, reproduz (ou reflete) as condições sociais em que é produzido, e modifica (ou refrata) determinados aspectos, de acordo com as ressignificações de seus enunciadores.

Saraiva (2009, p. 91) ainda aponta como sequência da análise do discurso a “identificação dos principais aspectos das condições de produção dos discursos”. O que aqui se busca é a definição das condições sociais sob as quais o discurso foi produzido. Segue a esse passo, a identificação dos principais “discursos presentes no texto”. Discurso, nesse sentido, é compreendido como a produção social de textos. Tendo em vista que não há discurso neutro, o passo seguinte é a identificação dos principais “aspectos ideológicos defendidos nestes discursos” e também dos principais “aspectos ideológicos combatidos nestes discursos”. Por fim, Saraiva (2009, p. 91) propõe a identificação da “proposição do discurso hegemônico em cada um dos textos em relação aos discursos hegemônicos na sociedade em que se situa”, com o intuito de verificar se esse discurso se apresenta alinhado ao que é dominante em termos sociais ou se apresenta como marginal.

HISTÓRIA DE VIDA E ANÁLISE ESTRUTURALISTA DO DISCURSO: UM ENCONTRO POSSÍVEL?

Neste artigo o objetivo foi propormos uma discussão que promovesse uma interseção entre duas abordagens de pesquisa que, embora antipositivistas, se situam em paradigmas distintos: história de vida e análise estruturalista do discurso, o que foi feito mediante a caracterização e análise detalhada de cada abordagem e como pode haver interseções. Ao longo do texto, defendemos a complementaridade entre as perspectivas não como forma de descaracterizar suas proposições originais, mas como meio de reforçá-las em conjunto, aumentando sua potência teórico-metodológica.

Sustentamos que essas perspectivas se complementam porque da mesma forma que faltam à história de vida referenciais para além da subjetividade, falta a uma perspectiva estruturalista da análise do discurso considerações sobre o sujeito. Isso sugere a possibilidade de encontro e de contribuições mútuas na combinação das duas perspectivas. Por um lado, isso significa incorporar elementos de maior concretude para o tratamento das histórias de vida. Isso não implica qualquer tentativa de “objetivar” as subjetividades captadas ao longo de uma história de vida; mas de lhes fornecer aspectos estruturais com os quais possam dialogar e aumentar a sua potência. Quando uma pessoa descreve a tensão e o medo que sentia em um contexto de ditadura militar, por exemplo, o que está relacionado a uma experiência de vida específica, a análise de discurso pode fornecer subsídios para a compreensão de que a o discurso é uma prática produzida socialmente e que havia repressão e violência reais contra os sujeitos, razão pela qual há uma adição de possibilidades de compreensão tanto das condições em que aquela história de vida aconteceu, quanto das nuances que o contexto vigente na época pode adquirir em histórias singulares.

Voltando ao título deste texto, será possível promover este encontro entre as histórias de vida e a análise do discurso? Acreditamos, definitivamente, que sim. Mas isso só poderá se concretizar se houver movimentos efetivos de aproximação entre pesquisadores para além das barreiras paradigmáticas e disciplinares dos que lidam com ambas as perspectivas. Isso implica se despirem de posições arraigadas acerca do real e considerarem as possibilidades de construção de conhecimento que transcenda as limitações que criamos para lidar com a complexidade do conhecimento que, como pesquisadores, só começamos a entender.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (Voloshinov). (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem* (8a ed). São Paulo: HUCITEC.
- Barros, V. A. & Lopes, F. T. (2014). Considerações sobre a pesquisa em histórias de vida. In E. M. Souza (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 41-64). Vitória: EDUFES.
- Bispo, M. S. (2010). Um diálogo entre os paradigmas da teoria crítica e interpretativista no contexto das organizações: uma proposta baseada no conceito de prática. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXIV.
- Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- Callaghan, C. W. (2016). Critical theory and contemporary paradigm differentiation. *Acta Commercii*, 16(2), a421.
- Campos, F. A. (2004). *Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e Dona Maria na luta pela terra*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Carvalho, J. C. B. & Costa, L. F. (2015). História de vida: aspectos teóricos da Psicossociologia clínica. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 24-31.
- Colomby, R. K., Peres A. G. L., Lopes, F. T., & Costa, S. G. (2016). A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 852-887.
- Decca, E. (2004). *1930: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução* (6a ed). São Paulo: Brasiliense.
- Deetz, S. (1996). Describing differences in approaches to organization science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. *Organization Science*, 7(2), 191-207.
- Faria, A. A. M. (2009). Aspectos de um discurso empresarial. In A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, T. D. Pimentel & P. A. G. Souza-Ricardo. *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 45-52). Curitiba: Juruá.
- Faria, A. A. M. (1998). Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal*. In I. L. Machado, A. R. Cruz, & D. Lysardo-Dias (Org.). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso* (pp. 141-151). Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAD/Carol Borges.
- Fernandes, M. E. (2010). História de vida: dos desafios de sua utilização. *Revista Hospitalidade*, VII(1), 15-31.
- Ferrarotti, F. (1991). Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 9, 171-177.

- Ferrarotti, F. (1990). *Histoire et histoires de vie*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Ferreira, M. C. L. (2003). O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *Letras*, 27, 39-46.
- Fiorin, J. L. (1999). Semântica e análise do discurso. In H. Mari, S. Pires, A. Cruz & I. L. Machado (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso* (pp. 225-238). Belo Horizonte: Carol Borges.
- Gaulejac, V. (2009). *Qui est "je"?* Paris: Seuil.
- Gaulejac, V. (2004/2005). O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Cronos*, 5/6(1/2), 59-97.
- Gaulejac, V. & Hanique, F. (2012). Conclusion. In V. Gaulejac, F. Hanique, & P. Roche (Org.). *La sociologie clinique: enjeux théoriques et méthodologiques* (pp. 361-369). Toulouse: Érès.
- Hassard, J. (1993). *Sociology and organization theory: positivism, paradigms and postmodernity*. New York: Cambridge University Press.
- Hassard, J. & Cox, J. W. (2013). Can sociological paradigms still inform organizational analysis? A paradigm model for post-paradigm times. *Organization Studies*, 34(11), 1701-1728.
- Hassard, J., Kelemen, M., & Cox, J. W. (2008). *Disorganization theory: explorations in alternative organizational analysis*. London: Routledge.
- Lhuilier, D. (2011). Filiações teóricas da clínica do trabalho. In P. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 22-58). São Paulo: Atlas.
- Lopes, F. T. (2015). *Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, droga e trabalho*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Maingueneau, D. (1998). *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG.
- Paula, A. P. P. (2016). Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(1), 24-46.
- Pinto, B. O. S., Carreiro, T. C. O. C., & Rodriguez, L. S. (2015). Trabalhando no "entre": a história de vida laboral como método de pesquisa em psicossociologia. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 941-985.
- Saraiva, L. A. S. (2009). *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Saraiva, L. A. S. & Machado, A. M. A. (2007). Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(2), 1-14.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., Pimentel, T. D., & Souza-Ricardo, P. A. G. (2009). Introdução – estudos organizacionais e análise do discurso: aproximações possíveis: In A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, T. D. Pimentel & P. A. G. Souza-Ricardo. *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 11-20). Curitiba: Juruá.

Silva, A. P. , Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 1(1), 25-36.

Vergara, S. C. & Caldas M. P. (2005). Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 45(4), 66-72.